

A. I. N° - 298742.0114/07-0
AUTUADO - ANTONIO CARLOS MARENDZ
AUTUANTE - ANA CLÁUDIA VASCONCELOS GOMES
ORIGEM - INFAZ SANTO AMARO
INTERNET - 10.06.2008

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0133-02/08

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS. Infração não impugnada. **2.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS EFETUADAS POR MICROEMPRESA COMERCIAL VAREJISTA. FALTA DE PAGAMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. RECOLHIMENTO A MENOS. De acordo com a legislação da época, a microempresa comercial varejista, ao adquirir mercadorias de outras unidades da Federação, deveria efetuar o pagamento do ICMS por antecipação. Infração não impugnada. **3.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS NÃO ENQUADRADAS NO REGIME DE ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. a) FALTA DE RECOLHIMENTO. Infração não impugnada. b) RECOLHIMENTO A MENOS. Autuado comprova o recolhimento tempestivo de parte do imposto reclamado. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 07/12/2007, exige ICMS, no valor de R\$2.573,05, em decorrência:

- 1- Recolhimento a menos na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), no valor R\$370,05.
- 2- Falta de recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, no valor de R\$323,95, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente as aquisições de mercadorias proveniente de fora do estado.
- 3- Falta de ICMS antecipação parcial, no valor de R\$1.276,53, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente as aquisições de mercadorias proveniente de fora do estado.
- 4- Por ter recolhido a menos o ICMS antecipação parcial, no valor de R\$602,52, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente as aquisições de mercadorias proveniente de fora do estado.

O autuado apresentou defesa parcial, fl. 78, em relação a infração 04, alegando que no mês de janeiro de 2007, conforme demonstrativo do ICMS, a autuante por equívoco apurou diferença de imposto a recolher de R\$57,81, em razão por ter deduzido equivocadamente o valor de R\$227,28, referente a recolhimento da competência do mês de novembro 2005, recolhido em 26/12/2005 [26/02/2006], quando deveria deduzir R\$319,34, conforme DAE anexo, não havendo diferença a

recolher, e sim um recolhimento a maior de R\$34,25, o qual solicita que seja compensado no referido Auto de Infração.

Na informação fiscal, fls. 83 e 84, o autuante acatou o argumento em relação a infração 04, reconhecendo que não existe ICMS a reclamar em relação ao mês janeiro de 2007, solicitando a exclusão do R\$57,81, com data de ocorrência de 31/01/2007, opinando pela procedência parcial do Auto de infração no valor de R\$2.515,24.

Quanto ao pedido do autuado para compensar o valor R\$34,25, recolhido a maior pelo autuado deverá ser objeto de pedido de restituição, conforme determinação do RPAF em vigor.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ICMS em decorrência de 04 (quatro) irregularidades.

As infrações 01, 02 e 03 não foram impugnadas pelo autuado. Interpreto este silêncio com reconhecimento tácito das mesmas, razão pela qual entendo que restaram caracterizadas, ademais, estão embasadas nos levantamentos e documentos acostados aos autos.

Assim, no presente caso, a lide persiste em relação à infração 04, na qual é imputado ao autuado o recolhimento a menos do ICMS antecipação parcial, no valor de R\$602,52, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente as aquisições de mercadorias proveniente de fora do estado.

Em sua defesa o autuado alega que não existe diferença a recolher em relação ao mês de janeiro de 2007, uma vez que o valor que efetivamente recolheu foi de R\$319,34.

Entendo razão assistir ao autuado, uma vez que acostou aos autos afolha 79 cópia do DAE, documento que foi acolhido pela autuante.

Assim, a infração 04 restou parcialmente caracterizada no valor de R\$544,71, com a exclusão da parcela referente a ocorrência de 31/01/07 no valor de R\$57,81.

Em relação ao pedido do autuado para que fosse compensado o valor de R\$34,25, recolhido a maior, o mesmo não pode ser acolhido no presente processo, uma vez que refere-se ao mês de janeiro de 2007, o qual foi excluído da autuação em lide, não mais remanescendo nenhum valor para que fosse compensado. Assim, o autuado deverá requerer a restituição mediante outro processo, conforme previsto no artigo 74 do RPAF/99.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, no valor de R\$2.515,24, conforme abaixo:

INFRAÇÕES	JULGAMENTO	ICMS DEVIDO
1	PROCEDENTE	370,05
2	PROCEDENTE	323,95
3	PROCEDENTE	1.276,53
4	PROC. EM PARTE	544,71
TOTAL		2.515,24

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298742.0114/07-0**, lavrado contra **ANTONIO CARLOS MARENDAZ**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o

pagamento do imposto no valor de **R\$2.515,24**, acrescido da multa de 50%, previstas no art. 42, I, alínea “b”, item 1 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de maio de 2008.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR